

**A DINÂMICA TERRITORIAL DO SETOR  
AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO EM MUNICÍPIOS SUL-  
MATO-GROSSENSES\***

**THE TERRITORIAL DYNAMICS OF THE SUGARCANE  
PLANTATION AGROINDUSTRIAL IN CITIES SUL-MATO-  
GROSSENSES**

**Alex Torres Domingues<sup>1</sup>**  
*alexjanjao@yahoo.com.br*

**Antonio Thomaz Júnior<sup>2</sup>**  
*thomazjrgeo@fct.unesp.br*

**RESUMO**

Este texto visa a compreender os desdobramentos oriundos do processo de territorialização<sup>3</sup> da cana-de-açúcar nos municípios de Maracaju e Rio Brillhante nos anos 2005-2009, e seus reflexos na produção do espaço local. Objetiva, também, apresentar os principais aspectos e consequências dessa expansão na região. Assim, nesse cenário, tais municípios tradicionalmente ligados à pecuária e à produção de alimentos (arroz, feijão, mandioca, entre outros) deixam de produzir para ceder espaço à cultura canavieira. Há assim, um reordenamento espacial e territorial da agroindústria canavieira nos referidos municípios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Expansão Canavieira, Agroindústria, Maracaju, Rio Brillhante, Louis Dreyfus.

**ABSTRACT**

This text aims to understand the ramifications from the process of territorialization of sugarcane in the towns of Maracaju and Rio Brillhante in the years 2005-2009, and their effects in the production of local space. It also aims to present the main aspects and consequences of this expansion in the region. Thus, in this scenario, such municipalities traditionally associated with livestock and the food production (rice, beans, manioc, among others) stop producing to give space for sugarcane cultivation. There is thus a spatial and territorial reorganization of the activity of sugarcane agroindustry in these counties.

**KEY WORDS:** Sugarcane Expansion, Agroindustry, Maracaju, Rio Brillhante, Louis Dreyfus.

---

\* Este texto é parte da Dissertação de Mestrado “A Territorialização do Grupo Agroindustrial Canavieiro Louis Dreyfus no Mato Grosso do Sul”, apresentada em 2010, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados.

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). Professor da Faculdade de Ciências Humanas (FCH) da Universidade Federal da Grande Dourados.

<sup>2</sup> Professor de graduação e pós-graduação em Geografia, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente. Coordenador do CEGeT, do CEMOSI e do Editorial Centelha. Editor das Revistas Pegada (CEGeT) e Terra Livre (AGB/Nacional).

<sup>3</sup> O território, para ter sentido a sua existência, possui alguns elementos que são a sociedade o espaço e o tempo. “[...] o território se apoia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço [...]” (RAFFESTIN, 1993, p.144).

## INTRODUÇÃO

Este texto busca analisar brevemente a expansão do capital agroindustrial canavieiro e seus desdobramentos em dois municípios sul-mato-grossenses: Maracaju e Rio Brillhante.

Buscamos analisar o processo de territorialização da cana-de-açúcar nesses municípios<sup>4</sup>, objetivando apreender as estratégias/ações utilizadas pelo setor canavieiro e o que isso influencia na vida da população local.

Até meados dos anos 1990, a atividade canavieira estava concentrada nos principais estados produtores (São Paulo, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Paraná e Minas Gerais), porém entre 2005 e 2009, há outras unidades produtivas por todos os estados da região Centro-Oeste, com destaque para Mato Grosso do Sul (MS) e Goiás (GO).

O setor canavieiro está implantado no Mato Grosso do Sul desde o ano de 1983, porém seus desdobramentos não eram tão expressivos na economia, na cultura, nos serviços públicos e nas relações de trabalho como no pós-2000.

Verificamos, também, que o processo expansionista da cana-de-açúcar nos anos 2005-2010, no MS, vem obtendo incentivos fiscais do governo estadual, bem como, do governo federal, uma vez que esse setor faz parte das prioridades do apoio financeiro do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e de outras fontes de investimentos públicos como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Esse é um dos principais motivos que justificam os investimentos dos grupos agroindustriais existentes nos municípios sul-mato-grossenses.

Para a caracterização dos municípios, utilizamos dados coletados nas bases *online* do IBGE, SEMAC, CONAB, UDOP e MAPA, que se referem a indicadores demográficos e econômicos. Dados de campo foram obtidos por meio de questionários e entrevistas, por meio de formulários por nós elaborados e aplicados às pessoas responsáveis em cada local pesquisado.

---

<sup>4</sup> Para fazermos uma análise espacial dos dados, utilizamos aplicativos (o *Arcgis*, o *Spring* e o *GPS Trake Maker*) de SIG – Sistemas de Informações Geográficas; do LabGeo – Laboratório de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados – e informações do Canasat/INPE (Mapeamento de cana via imagens de satélite de observação da Terra do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Para monitorar as imagens de sensoriamento remoto, estas devem ser obtidas por satélites a cerca de 800 km de altitude e podem ser utilizadas para observar diversas mudanças que ocorrem na superfície terrestre, dentre elas, o monitoramento do cultivo da cana-de-açúcar. No Estado de São Paulo, esse projeto vem trabalhando as imagens desde 2003. Para os demais estados produtores de cana da região centro-sul, desde 2005. O projeto Canasat utiliza imagens de satélites para identificar e mapear a área cultivada com cana-de-açúcar, gerando a cada ano mapas temáticos com a distribuição espacial da cana. Esses mapas estão disponíveis na Internet no *site* do Canasat onde os canaviais podem ser visualizados por meio das imagens. Além disso, é possível consultar a localização dos canaviais, a área cultivada e a evolução do cultivo da cana nos últimos anos tanto por município quanto por estado. Essas informações são utilizadas por diversos setores do agronegócio e do meio ambiente que, direta ou indiretamente, estão envolvidos com a produção de cana. Disponível em: <<http://150.163.3.3/canasat/>>.

De acordo com o terceiro levantamento do mês de dezembro/2010 realizado pela CONAB, o Mato Grosso do Sul apresentou um crescimento de 49% de área plantada de cana-de-açúcar, passando de 265,4 mil hectares em 2009 para 396,1 mil em 2010. Assim, no que diz respeito a todo o território brasileiro, a expansão da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul ficou em primeiro lugar<sup>5</sup>.

Em Rio Brilhante como em Maracaju, o processo de expansão da monocultura da cana-de-açúcar está em marcha e a implantação de mais unidades agroindustriais recentemente nos coloca atentos para os desdobramentos da nova divisão territorial do trabalho nesses municípios. Vale lembrar que entendemos como divisão internacional do trabalho a especialização das atividades produtivas das regiões, que foram intensificadas com a globalização da economia, ou seja, cada região ou país fica designado a produzir certo tipo de produto – de acordo com o clima, relevo, precipitação, entre outros fatores<sup>6</sup>.

Verificamos, também, que o crescimento das áreas de cultivo da cana-de-açúcar, com a implantação da Usina Rio Brilhante e da ampliação das plantas agroindustriais das unidades Passa Tempo e Maracaju, acabou num rearranjo e em disputas territoriais consoantes às demais *commodities* da região, tais como a soja e o milho.

## **O PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE EXPANSÃO CANAVIEIRA**

É claro o crescimento da área ocupada com cana-de-açúcar no município de Rio Brilhante e de Maracaju, principalmente após a implantação da Usina Rio Brilhante e da ampliação da Usina Passa Tempo e da Usina Maracaju. Notamos também que esses municípios se destacam no setor canavieiro, uma vez que estes se iniciaram no setor, em 1983, com uma unidade agroindustrial cada um. Atualmente, os referidos municípios contam com cinco unidades em funcionamento e mais duas em processo de instalação, totalizando sete unidades.

---

<sup>5</sup> Terceiro levantamento de 2010, realizado pela CONAB em janeiro de 2011.

<sup>6</sup> Sendo assim, Rio Brilhante tem instaladas três usinas de álcool e açúcar (Usina Passa Tempo e Usina Rio Brilhante, ambas do Grupo Louis Dreyfus, e Usina Eldorado do Grupo Odebrecht) e em Maracaju há quatro unidades, estando duas instaladas (Usina Maracaju do Grupo Louis Dreyfus e Usina Vista Alegre do Grupo Vista Alegre), e duas em processo de instalação (Usina Brilhante do Grupo Brilhante e Usina Esmeralda do Grupo Louis Dreyfus). Segundo o IBGE, Rio Brilhante já representa 1% da produção nacional, sendo o segundo maior produtor de cana-de-açúcar brasileiro. Em dois anos, a área plantada cresceu 109,8%. Tal incremento permitiu que o município saltasse da 13ª posição em 2007 para a segunda em 2009. Notícia publicada no “Jornal Rio Brilhante”, no dia 18 de outubro de 2009. Disponível em: <<http://www.jornalriobrilhante.com.br/leitura.php?codCanal=2&codNews=8147>>. Acesso em: 25 de outubro de 2009.

Para concretizar a viabilização desse modelo de agricultura, o setor canavieiro tem encontrado ainda o apoio incondicional do Estado-Nação e das políticas públicas, por meio principalmente dos créditos rurais, das pesquisas agropecuárias, dos instrumentos de regulação dos preços e dos mercados, e dos investimentos em estruturas de armazenamento, infraestrutura, etc.

De acordo com Ianni (1996, p. 220), o Estado moderno e contemporâneo, obedece, de forma geral, “às necessidades variáveis da sociedade civil, à supremacia desta ou daquela classe e, em última instância, ao desenvolvimento das forças produtivas e das condições de intercâmbio”. Sendo assim, o Estado não é senão o “poder total organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terras e dos capitalistas em face das classes exploradas, dos camponeses e dos operários”. Por outro lado, o Estado não deixa de ser uma “organização criada pela sociedade burguesa para defender as condições gerais do modo capitalista de produção contra os ataques, tanto dos operários, como de capitalistas isolados”. Enfim, o Estado, qualquer que seja sua forma, “é uma máquina essencialmente capitalista, é o Estado dos capitalistas”.

Dessa forma, o papel do Estado<sup>7</sup> na normatização de qualquer setor, em particular do setor agroindustrial canavieiro, torna-se imprescindível, pois há discursos e práticas realizados a favor do empreendimento, fazendo com que a opinião pública seja uniforme e a favor das instalações necessárias. Também vemos que o Estado realiza a fase pré-inicial do empreendimento que é “difundir o lugar”, revelando suas possibilidades e potencialidades para o capital canavieiro.

Contudo, complementamos com Thomaz Júnior (2002, p. 56) que diz que a “participação do Estado, não se restringe apenas às instâncias de planejamento e controle”, mas também “na fiscalização da produção, distribuição e comercialização dos produtos”, ou seja, está presente “na normatização e regramento jurídico-institucional das relações sociais de trabalho, com o atributo de realizar a mediação entre capital e trabalho”.

Vale salientar que o governo Lula (pós 2005) proporcionou uma política pública mais voltada para grandes investimentos – principalmente em infraestrutura –, tornando o setor agroindustrial canavieiro mais competitivo. A nova política é o PAC (Política de Aceleração do

---

<sup>7</sup> Destacamos que, entre os programas e leis firmadas pelo Estado brasileiro para incentivar a economia canavieira no século XX, entra em ação a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) na década de 1930, quando se iniciou uma fase de planejamento da agroindústria canavieira nacional, tornando permanente a intervenção federal nesse setor (BARRETO, 2008). O IAA surgiu para cooperar com a melhoria das condições da agroindústria canavieira, resolvendo o excedente da produção de açúcar como fomento do álcool combustível, através da estabilização dos preços do açúcar e da construção de novos equipamentos para as destilarias destinadas à produção do álcool. No entanto, o IAA contribuiu apenas com os usineiros. Estes se capitalizaram e se aparelharam na insaciedade de crescimento produtivo das unidades agroprocessadoras, com a ampliação da capacidade das moendas.

Crescimento). Nesta, estão previstos: a construção de um alcoolduto/poliduto ligando o estado de Mato Grosso ao Porto de Paranaguá, passando por Mato Grosso do Sul e Paraná; investimentos em hidrovias, ferrovias e rodovias, com o objetivo de escoamento da produção; e a construção de pontes, dentre outras obras de infraestrutura e saneamento básico.

Todas essas ações/intervenções por parte do Estado tem acarretado uma disputa entre os municípios para receberem tais empreendimentos. Disputa essa ganha por aquele que der mais “incentivo” à implantação/instalação de tais empreendimentos.

A dinâmica territorial da agroindústria canavieira do setor agroindustrial canavieiro nos municípios de Maracaju e Rio Brilhante

O desenvolvimento do setor agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul é muito abrangente e resolvemos delimitar o espaço de estudo, restringindo dois municípios sul-mato-grossenses: Maracaju e Rio Brilhante (Figura 01). Tais municípios chamaram atenção por se destacarem no setor canavieiro, pois possuem uma grande expansão em área cultivada com a gramínea (Tabela 01).

**Figura 01 – Localização dos municípios de Rio Brilhante e Maracaju no Mato Grosso do Sul.**

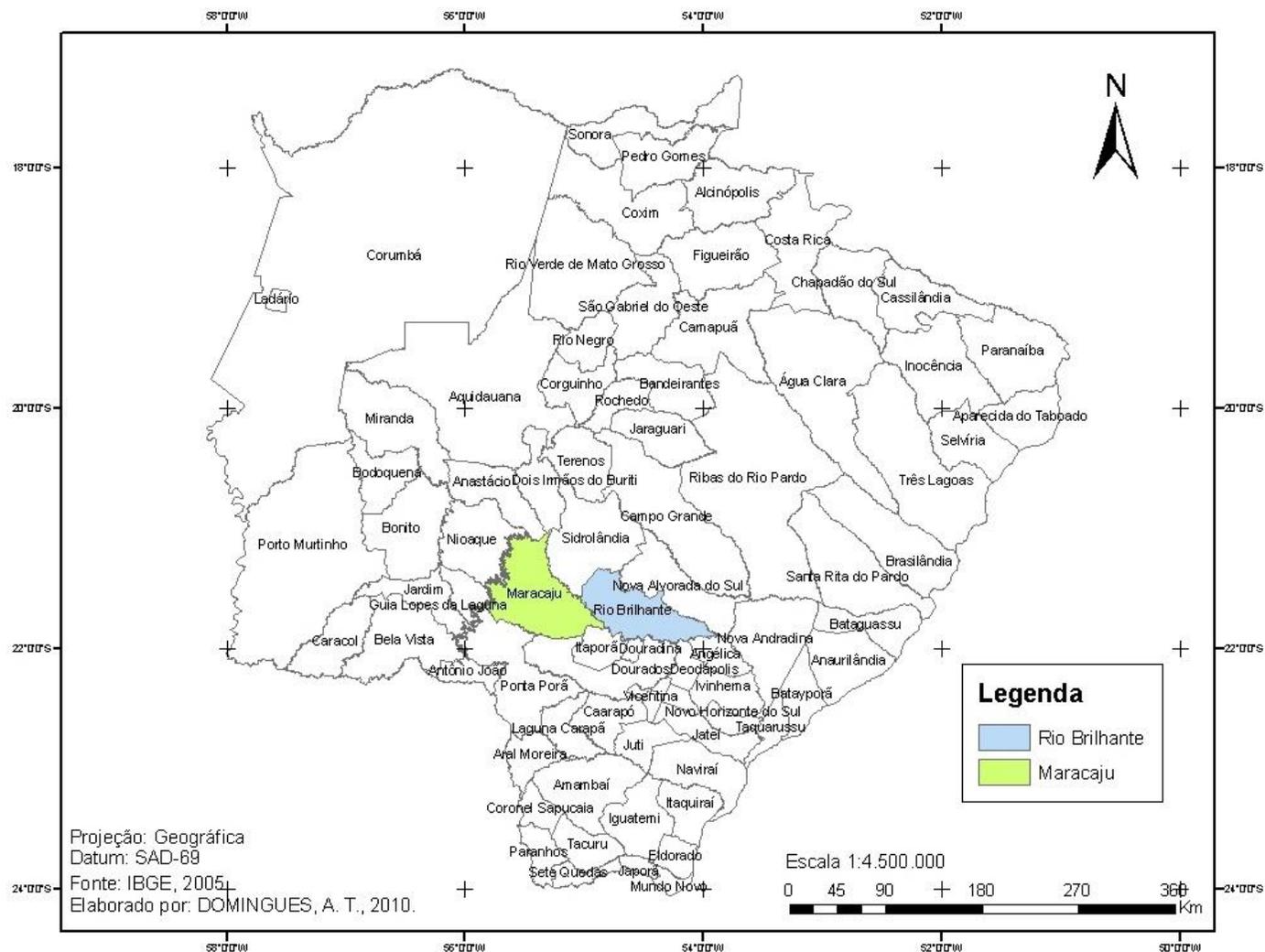


Tabela 01 – Área plantada com cana-de-açúcar em Maracaju e Rio Brillhante (MS) entre 2001 e 2010 (hectares).

Ano/Safra	Maracaju	Rio Brillhante	Total	Varição (%)	MS
2001	9.529	12.388	21.917	-11,52*	99.673
2002	9.627	11.845	21.472	-2,0*	112.100
2003	9.364	12.146	21.510	0,18	120.534
2004	9.983	10.469	20.452	-4,9*	130.970
2005	13.307	18.810	32.117	57,04	136.803
2006	14.597	20.303	34.900	8,6	152.747
2007	20.000	31.000	51.000	46,1	191.577
2008	24.227	63.958	88.185	72,9	252.544
2009	26.829	66.434	93.263	5,7	285.993
2010**	35.398	79.098	114.496	22,7	399.408

FONTE: Produção Agrícola Municipal – IBGE (2009).

NOTA: \*Valores negativos, em vista do recuo da expansão canavieira, em relação aos anos anteriores. \*\*Dados obtidos no *site* do Canasat. Disponível em: <[http://150.163.3.3/canasat/data/xls/MS\\_2009-2010.xls](http://150.163.3.3/canasat/data/xls/MS_2009-2010.xls)>. Acesso em: 21/02/2011.

ORG.: DOMINGUES, A. T, 2011.

Com os dados apresentados na Tabela 01, confirmamos que os dois municípios sul-mato-grossenses em estudo estão em processo de expansão no que tange ao setor agroindustrial canavieiro, pois, em 2001, Maracaju<sup>8</sup> e Rio Brillhante<sup>9</sup> possuíam uma área de pouco mais de 21.000 hectares com cana-de-açúcar plantada. No entanto, após nove anos, em 2010, as mesmas deram um salto para quase 115 mil hectares, o que evidencia a territorialização da cana-de-açúcar e a concentração de terras, característica necessária para a reprodução deste tipo de cultura. Também, mais de 28% da cana-de-açúcar produzida no Mato Grosso do Sul é oriunda desses municípios (Tabela 02).

Consideramos que houve uma expansão mais expressiva da área plantada com cana-de-açúcar nos municípios a partir de 2007. Já o crescimento de 2008 atingiu mais de 72% em relação a 2007, pois foi no mesmo ano que os governos (federal e estadual) passaram a incentivar ainda mais a difusão do setor. Também verificamos que dentre os municípios analisados, Rio Brillhante apresenta uma maior expansão de área plantada, pois em 2001 tendo pouco mais de 12 mil

<sup>8</sup> O município de Maracaju possui uma área de 5.298,84 Km<sup>2</sup>. Ele faz limites ao norte com Sidrolândia e Anastácio; ao sul com Itaporã, Dourados e Ponta Porã; a leste com Rio Brillhante e a oeste com Nioaque e Guia Lopes da Laguna.

<sup>9</sup> O município de Rio Brillhante possui área de 3.998,1 Km<sup>2</sup>. Ele faz limites ao norte com Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia; ao sul com Angélica, Douradina, Deodápolis, Itaporã e Dourados; a leste com Nova Alvorada do Sul e a oeste com Maracaju.

hectares, chegou a atingir, em 2010, um valor superior a 79 mil hectares, resultando na obtenção de um incremento de mais de 538%. E não obstante, no ano de 2010, ganhou destaque na mídia nacional, pois passou a ser o terceiro município brasileiro em área plantada com a gramínea, segundo o IBGE.

Toda a expansão do setor agroindustrial canavieiro nos leva a refletir sobre o tipo de desenvolvimento do qual o Estado na figura dos seus governantes dizem, ou, ainda, sobre o desenvolvimento para quem e sobre o fato de querermos ou não um desenvolvimento tão avassalador como esse. No tocante à produção de alimentos, devido ao crescimento extraordinário da cana-de-açúcar, enxergamos nos dados do IBGE<sup>10</sup> que houve um recuo muito expressivo nos municípios pesquisados.

Em 2000, Maracaju possuía uma área aproximada de 2.250 hectares de arroz e, em 2010, essa área foi reduzida em mais de 68%, encolhendo para 716 hectares. Não obstante, Rio Brillhante apresentava em 2000 uma área plantada com a mesma cultura de 16.000 hectares<sup>11</sup> e, em 2010, tendo uma redução de mais de 51%, perfaz uma diminuição da área plantada para 7.800 hectares. Vale pontuar que os dados do IBGE mostram que, também, há reduções no município de Rio Brillhante da produção de feijão, havendo uma perda de 80% da área plantada com tal cultura.

Assim, apontamos que, com a entrada desenfreada do capital agroindustrial canavieiro, os alimentos vão deixando aos poucos de serem produzidos nesses municípios, sendo atropelados pelo setor canavieiro. No entanto, segundo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Rio Brillhante, a expansão desse setor não atingiu diretamente a produção de alimentos no município, tendo em vista que a área destinada à cana-de-açúcar pertence aos grandes proprietários que criavam gado nas mesmas.

Entendemos que o crescimento do setor canavieiro não afeta diretamente, mas, indiretamente, a produção de alimentos, pois o pequeno produtor ou assentado que fornecia ao mercado consumidor alguns tipos de frutas, verduras e legumes deixa de os produzir, devido a alguns pesticidas e herbicidas que são aplicados com aviões, na lavoura canavieira, que praticamente os cercam<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> Dados do PAM (Produção Agrícola Municipal), 2000-2009.

<sup>11</sup> A área expressiva, que se apresenta em Rio Brillhante, trouxe para esse município a característica de ser a “capital do arroz irrigado” de Mato Grosso do Sul, por ser o município que mais produzia tal alimento. No entanto, o município acabou perdendo essa característica após a chegada das duas últimas unidades agroindustriais implantadas (unidades Eldorado e Rio Brillhante)

<sup>12</sup> No município de Maracaju, três assentamentos estão instalados: Canta Galo, Santa Guilhermina e Valinhos. Em Rio Brillhante, doze assentamentos estão estabelecidos: Bebedouro, Bom Sucesso, Fortaleza, Fortuna, Lagoa Azul, Margarida Alves, Mutum, São Judas, Sílvio Rodrigues, Taquara, Tereré e Triângulo. Todos os assentamentos citados acima são “vizinhos” do plantio do agronegócio da soja ou da cana-de-açúcar, o que

Em Rio Brilhante, a produção familiar que tenta de toda forma produzir alimentos foi afetada diretamente com a produção da cana-de-açúcar. Entretanto, além dos pequenos agricultores familiares, os apicultores também foram atingidos com a expansão canavieira. Segundo a Associação dos Apicultores de Rio Brilhante (AAPIRB), o desmatamento e a invasão de área pela cana-de-açúcar provocaram uma queda significativa na produção de mel na região, em torno de 40%. Com o desmatamento, as abelhas estão indo muito longe atrás do pólen ou então pegam o açúcar liberado pelos tocos de cana. Essa situação acaba estragando o sabor puro do mel, ficando com aparência, sabor e cheiro de melado.

A qualidade afetada do produto faz com que muitos pequenos apicultores assentados desistam da atividade. Em menos de dois anos, mais de 60% dos apicultores deixaram a atividade por conta da baixa produtividade causada, principalmente, pela monocultura da gramínea. Outro ponto interessante, diz respeito ao uso do Regent<sup>13</sup>, utilizado na lavoura canavieira, que destrói totalmente a colmeia afetada pelo mesmo.

De forma geral, a monocultura da cana-de-açúcar acaba com a potencialidade da diversidade na produção nesses locais. De acordo com um dos produtores de mel<sup>14</sup>, apesar da “invasão de área” ou – como podemos dizer – da disputa pelo território pela cana-de-açúcar, ele conseguiu continuar com sua produção, mas precisou ir mais longe, em busca de regiões que ainda não foram “alvos” do capital agroindustrial canavieiro. Também afirmou que se a cana-de-açúcar não for queimada e não for pulverizada com o Regent, não há problemas quanto à produção de mel. O importante é não haver o uso de inseticidas, para que não prejudique a produção de mel. Sendo assim, o que notamos é que os produtores estão reféns da expansão da cana-de-açúcar, ou seja, sua produção afeta direta e indiretamente centenas de famílias.

Ainda reforçamos o crescimento desmedido que vem ocorrendo no território sul-mato-grossense, atingindo índices jamais vistos nessa região. Assim, a produção de cana-de-açúcar aumenta a cada safra, alcançando novos recordes (Tabela 02).

---

influencia diretamente na produção de hortaliças para abastecer os municípios, quer seja pela expansão, quer pelo uso indiscriminado de agrotóxicos.

<sup>13</sup> Tipo de pesticida utilizado na lavoura canavieira.

<sup>14</sup> Produtor de mel mais antigo do município de Rio Brilhante.

**Tabela 02- Evolução da produção de cana-de-açúcar em Maracaju e Rio Brilhante – 2001-2010 (em toneladas).**

Ano/Safra	Maracaju	Rio Brilhante	Total	Total do MS	%
2001	892.867	1.044.802	1.937.669	7.556.956	25,64
2002	928.688	996.756	1.925.444	8.575.190	22,45
2003	815.234	1.104.277	1.919.511	9.030.833	21,26
2004	1.017.870	1.046.038	2.063.908	9.572.305	21,56
2005	1.404.002	1.815.939	3.219.941	9.513.818	33,85
2006	1.444.402	2.167.264	3.611.666	12.011.538	30,06
2007	1.980.000	2.987.284	4.967.284	15.839.993	31,35
2008	2.422.700	6.267.884	8.690.584	21.362.034	40,68
2009	2.814.667	6.261.596	9.076.263	25.228.034	35,98
2010	2.952.849	6.783.111	9.735.960	34.795.664	27,98

FONTE: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2010.

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2011.

Como notamos na Tabela 02, o período que compreende 2001 a 2010 apresenta um crescimento rápido da cultura canavieira nos municípios pesquisados e, por conseguinte, no Mato Grosso do Sul, pois em uma década há o aumento de mais de 402% nos dois municípios e 360% no estado. Cabe dizer também que pouco mais de 27% da produção sul-mato-grossense de cana-de-açúcar é oriunda de Maracaju e Rio Brilhante, reforçando a concentração fundiária para a produção dessa monocultura. Segundo o IBGE, Rio Brilhante se destaca no Brasil no que diz respeito à produção da cana-de-açúcar do setor agroindustrial canavieiro, pois em 2010 o mesmo está em terceiro lugar na produção de tal cultura (Quadro 01).

**Quadro 01 – Ranking da área plantada com a cana-de-açúcar nos municípios de Maracaju e Rio Brilhante e Mato Grosso do Sul em relação ao Brasil (2005-2010).**

Ano	Maracaju	Rio Brilhante	MS em relação ao Brasil
2005	129°	57°	9°
2006	118°	56°	9°
2007	66°	28°	8°
2008	58°	3°	7°
2009	55°	3°	7°
2010	56°	3°	6°

FONTE: PAM (Produção Agrícola Municipal) – IBGE, 2009.

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2011.

Podemos verificar que nos dois municípios e também no estado de MS a área plantada com cana-de-açúcar vem crescendo a cada ano desde 2005, de forma surpreendente, pois em seis anos Maracaju subiu do 129º lugar para 56º, e Rio Brillhante passou do 57ª posição em 2005 para a 3ª no ranking brasileiro em 2010. Já Mato Grosso do Sul, obteve um crescimento mais modesto, mas devemos considerar que os outros estados brasileiros também expandiram quanto ao plantio da cultura canavieira.

Segundo imagens de satélites do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), a expansão da monocultura da cana-de-açúcar nos municípios estudados se deu ininterruptamente. Por isso, utilizamos dados do Canasat para uma melhor visualização desse fato, a fim de concluirmos sobre a expansão da lavoura canavieira (Figuras 02 a 06<sup>15</sup>).

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2000, Rio Brillhante contava com uma população de 22.528 habitantes. Já com a contagem do Censo 2010, há 30.647 habitantes. Um crescimento populacional de mais 36%. Crescimento esse que se deve em parte pela instalação das novas unidades agroindústrias na década analisada. Considerando o mesmo censo populacional (2000), Maracaju obtinha uma população de 26.219 habitantes. E, de acordo com o Censo 2010, há 37.407 habitantes. A partir daí, notamos que, os municípios tem a maior parte de sua população na zona urbana, o que poderia sinalizar uma possível concentração de terras.

---

<sup>15</sup> Nas figuras a seguir, utilizamos uma linguagem padrão, na legenda, quanto ao período em que se encontra a cana-de-açúcar. Cana em reforma – seriam àquelas que já obtiveram certo número de cortes e estão sendo reformadas. Cana em expansão – são os locais para onde a gramínea está expandindo. Cana reformada – são as que já passaram pela reforma. Cana soca – são canas que já foram colhidas por pelo menos uma vez.

Figura 02 – Áreas ocupadas com a cana-de-açúcar nos municípios de Maracaju e Rio Brillhante/MS – 2005.

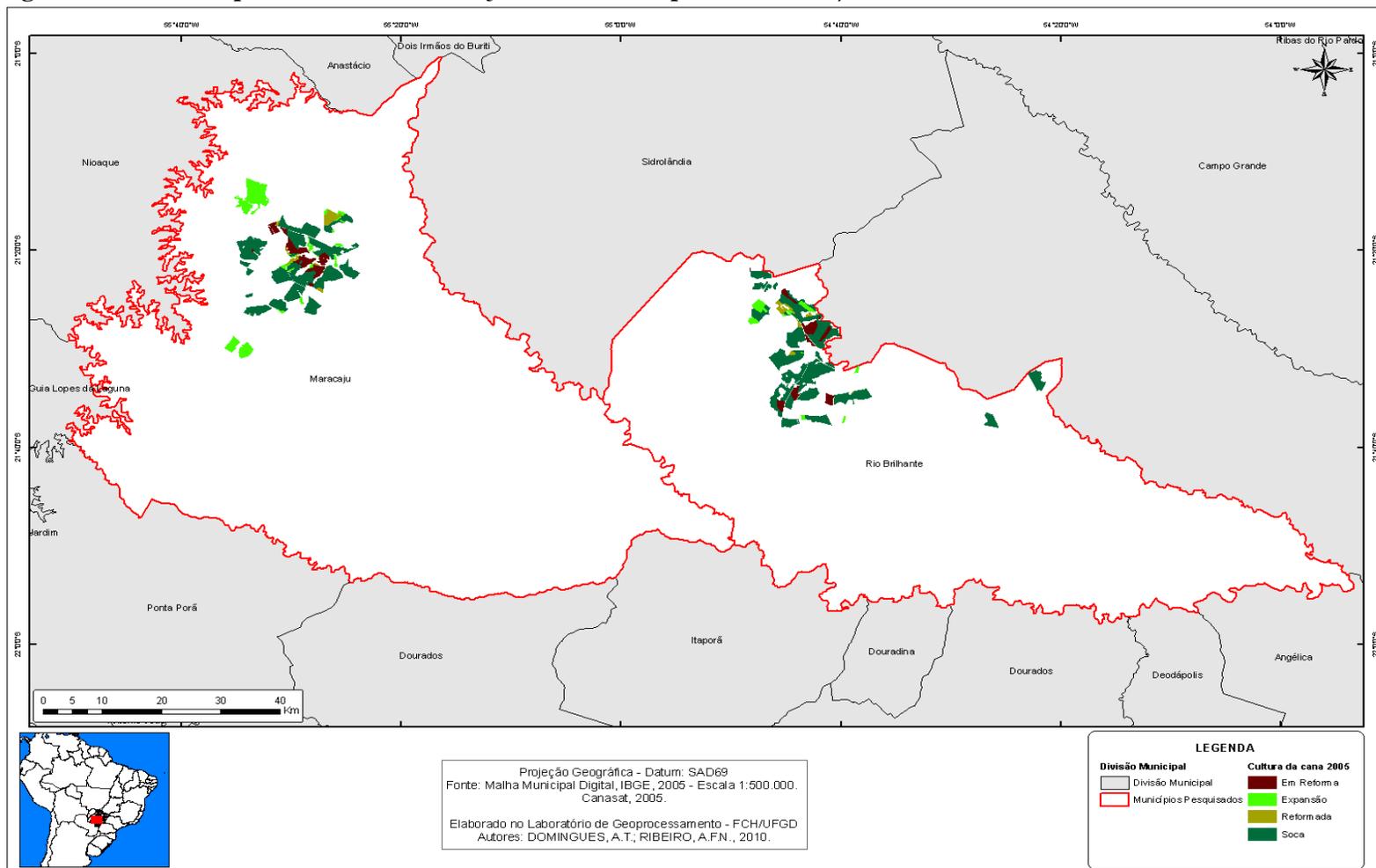


Figura 03 – Áreas ocupadas com a cana-de-açúcar nos municípios de Maracaju e Rio Brillhante/MS – 2006.

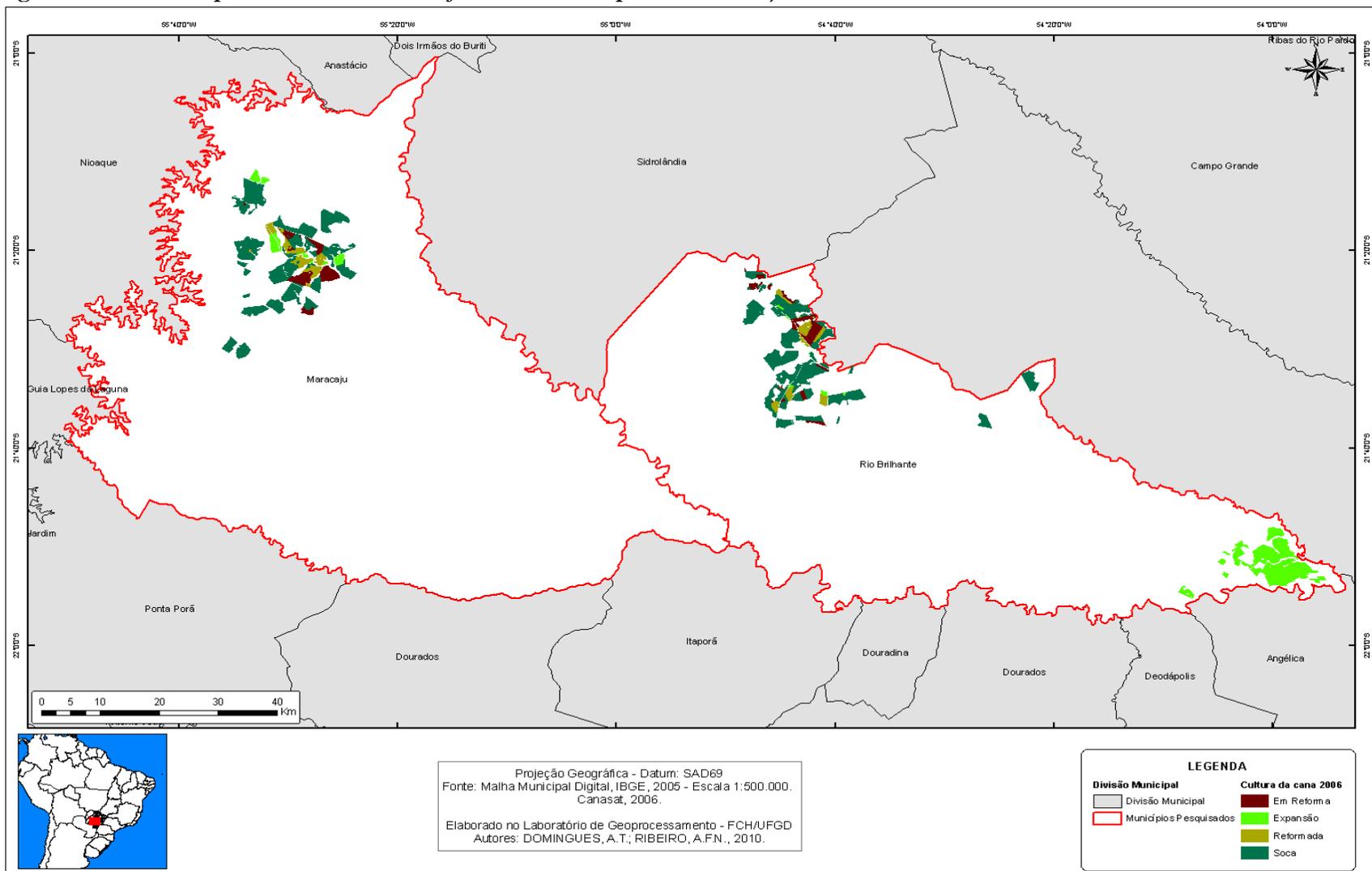


Figura 04 – Áreas ocupadas com a cana-de-açúcar nos municípios de Maracaju e Rio Brilhante/MS – 2007.

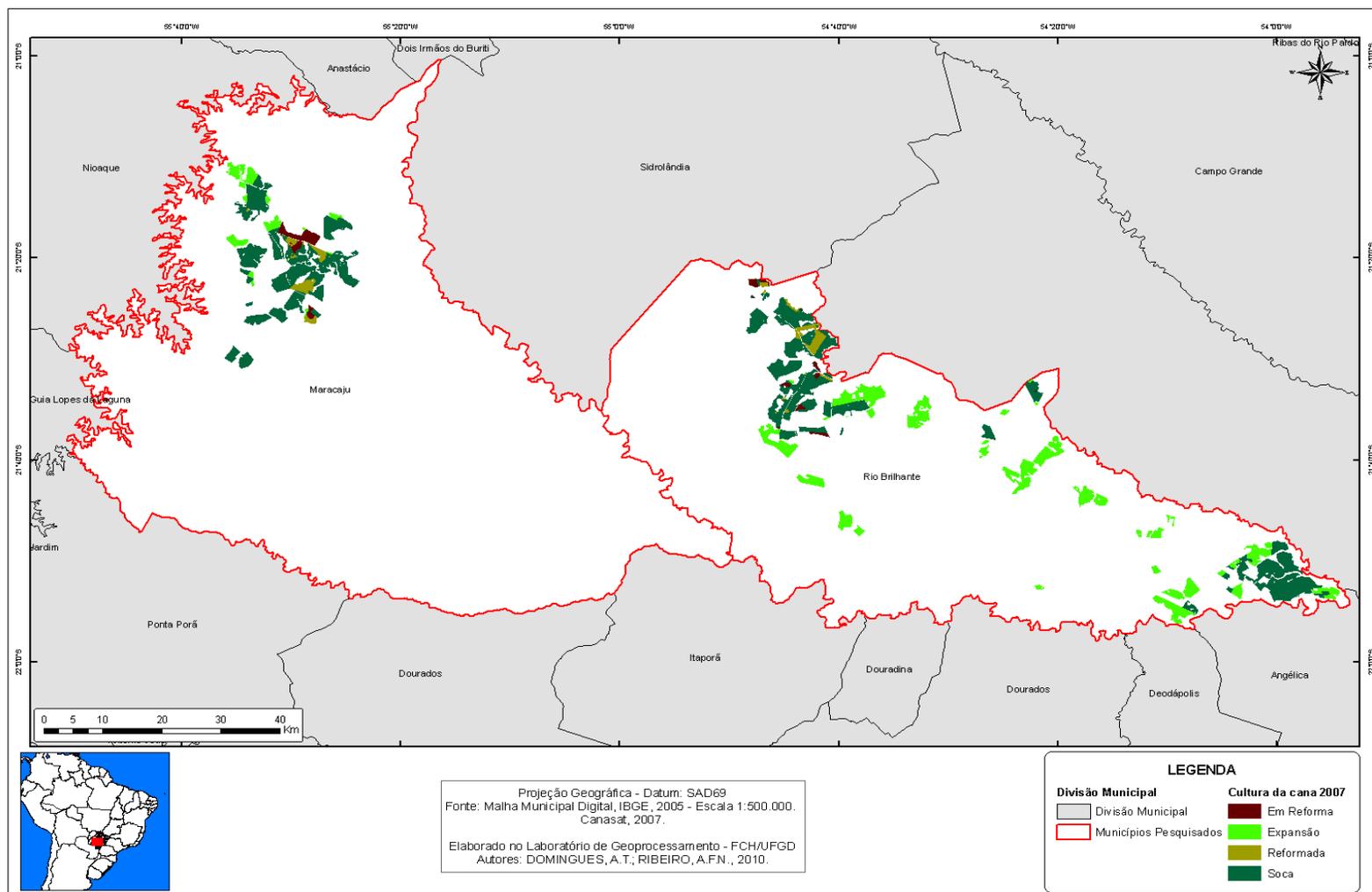


Figura 05 – Áreas ocupadas com a cana-de-açúcar nos municípios de Maracaju e Rio Brilhante/MS – 2008.

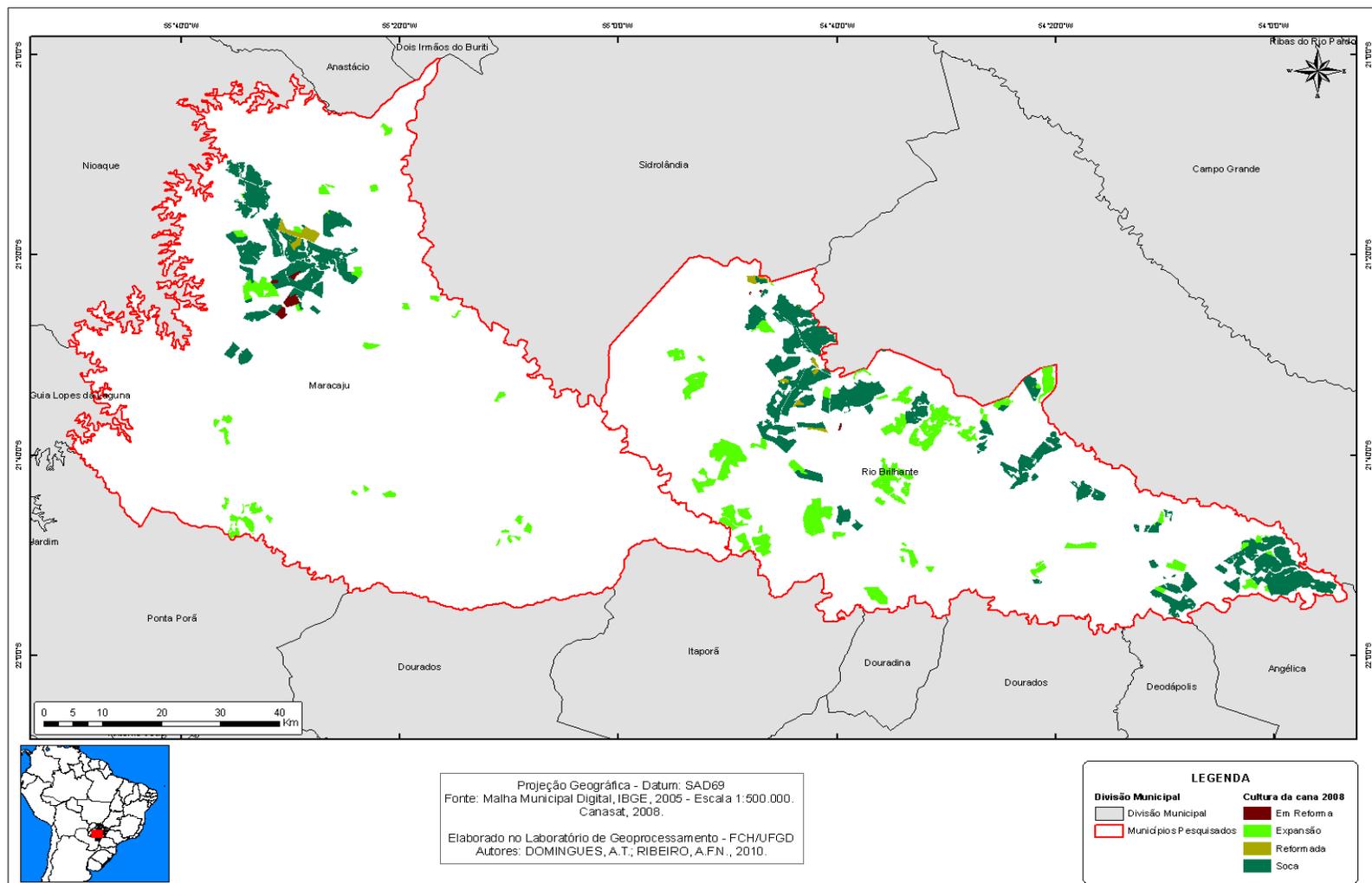
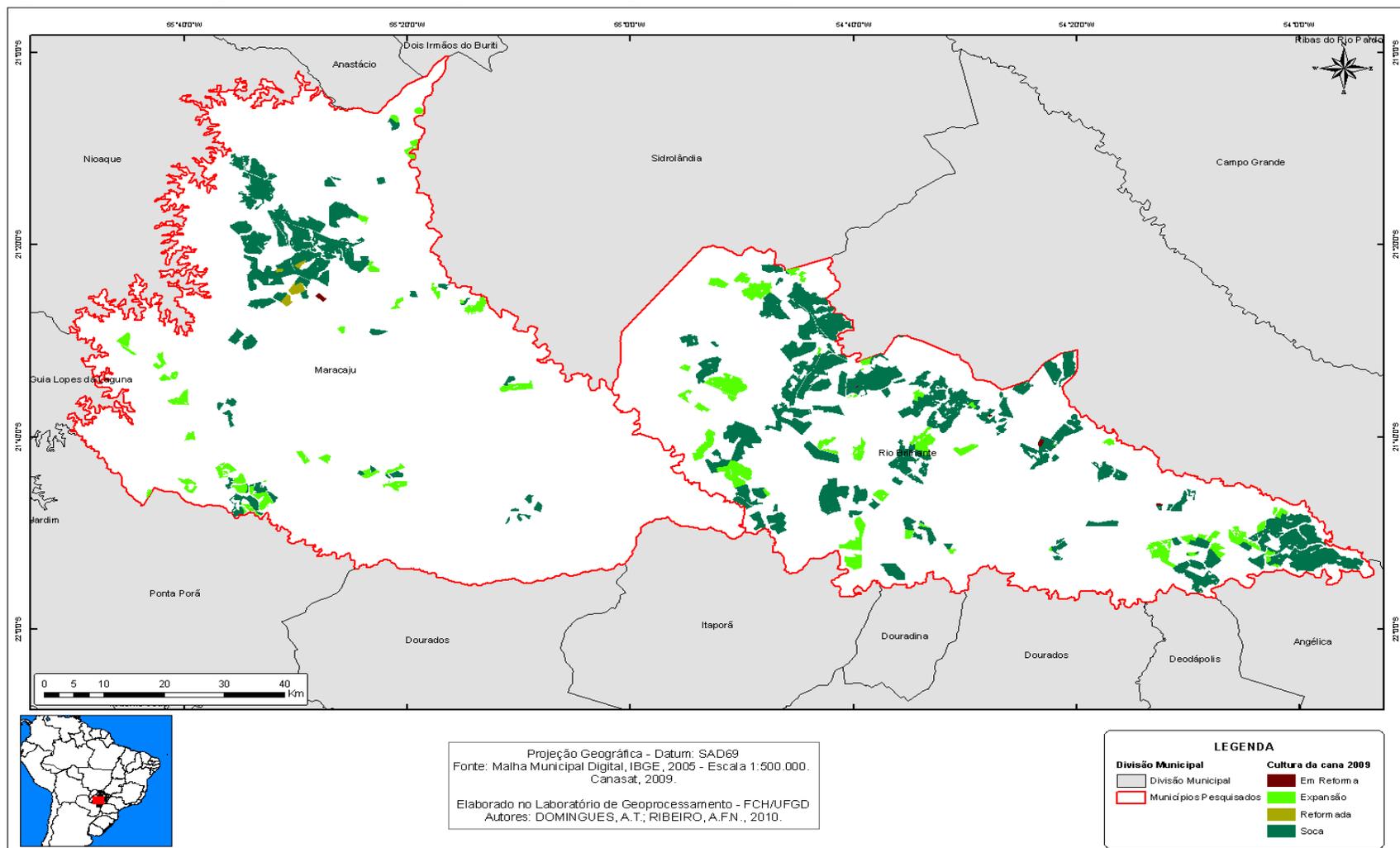


Figura 06 – Áreas ocupadas com a cana-de-açúcar nos municípios de Maracaju e Rio Brilhante/MS – 2009.



No período de 2005-2009 promoveu-se um alargamento do território plantado com a cultura da cana de açúcar, passando de 100 mil hectares nesses municípios, conforme dados exibidos na tabela 01 e nas figuras 02 a 06. Novamente reforçamos, por meio das ilustrações, a entrada severa da cana-de-açúcar, impulsionada pelo capital agroindustrial canavieiro.

Em Maracaju houve um crescimento maior da área plantada com a cana-de-açúcar ao norte desse município, enquanto que em Rio Brillhante essa expansão se deu em todas as regiões de forma conjunta.

Com a expansão do capital agroindustrial canavieiro, esses municípios passam a ter um redimensionamento no que diz respeito ao êxodo rural, pois famílias inteiras mudam para a cidade com o sonho da melhoria de vida. Algumas são expropriadas de suas terras, formando assim um contingente de mão-de-obra não especializada. Isso causa uma nova precarização dos serviços públicos que acabam por não atenderem de forma satisfatória essa “nova” população que carece de “cuidados”, em especial, no que se refere à saúde, educação, lazer, moradia, infraestrutura, entre outros.

Contudo, o que destacamos é que o crescimento populacional da zona urbana, nos municípios de Maracaju e Rio Brillhante, tomaram impulso a partir da década de 1970<sup>16</sup>, tendo como fator mais recente a expansão das monoculturas e a modernização da agricultura. Esse fato faz com que a maioria das cidades brasileiras comecem a ter novos redimensionamentos e novas funções sob outros prismas.

Segundo Graziano Neto (1982), a teoria da modernização agrícola apoia-se, basicamente, na criação e na dispersão dessa nova tecnologia ou, ainda, na criação de novos conhecimentos e de novos insumos, que trazem como consequência, o aumento da produtividade. Por sua vez, a estratégia do desenvolvimento agrícola assenta-se na intensificação de pesquisas criando esses novos conhecimentos e insumos.

Segundo Kageyama e Graziano da Silva (1987), o processo de industrialização da agricultura envolve tanto mudanças da base técnica, quanto transformações significativas nas relações de trabalho, decorrendo daí maiores especializações, resultando numa maior complexidade das relações de trabalho. Devemos considerar também que um dos desdobramentos do processo de modernização, mecanização e fortalecimento do agronegócio é a

---

<sup>16</sup> No tocante à expansão da agricultura da década de 1970, Thomaz Júnior (2002, p. 27), nos diz que “a crise estrutural do capital”, que derrubou fortemente todo o planeta no início dos anos de 1970, “desafiou o capital a implementar um amplo processo de reestruturação, reordenando e redefinindo seu metabolismo societário”. Tudo isso “com vistas à recuperação do seu ciclo reprodutivo e que afetou sobremaneira o trabalho, fragmentando ainda mais os trabalhadores”.

substituição do “trabalho vivo” pelo “trabalho morto” (ANTUNES, 2007), ou ainda, o trabalho do homem pelo trabalho da máquina.

Após a crise estrutural<sup>17</sup>, como trata Thomaz Júnior (2002), os municípios brasileiros passaram por muitas alterações no que diz respeito à sua estrutura. No caso de Maracaju e Rio Brillante, desde a instalação das unidades Passa Tempo e MR (nome dado à Unidade de Maracaju, ainda pelo Grupo Tavares de Melo), os desdobramentos do processo expansionista do capital vêm gerando grandes efeitos nos dois municípios.

Desdobramentos começam a surgir, em tais municípios, logo após o processo de instalação das unidades produtivas, que são: (1) aumento dos migrantes que veem na atividade canavieira uma oportunidade de melhorar as suas condições financeiras, lembrando que esses migrantes<sup>18</sup> não vêm somente para trabalhar como cortadores de cana, mas também em cargos de líderes, de coordenadores e até de gerentes; (2) concentração de terras por parte das usinas através de arrendamentos ou parcerias agrícolas; (3) crescimento de vendas no comércio local; e (4) um aumento muito grande na procura pelos serviços públicos, como saúde, segurança, educação e infraestrutura; dentre outras.

Enfatizamos, também, que as migrações ocorreram muito rápida com a instalação da planta industrial da unidade agroindustrial Rio Brillante, o que ocasionou uma falta de estrutura para a cidade, pois não havia sequer casas para alugar no referido período. O *déficit* habitacional em alguns meses do ano de 2008<sup>19</sup> foi altíssimo<sup>20</sup>, uma vez que os trabalhadores vieram de outras regiões para laborar por certo período e, após o término do serviço, deixaram a cidade em busca de uma nova planta industrial a ser instalada.

Porém, todo o processo de migrações trouxe, para a população já residente em Rio Brillante, muitos transtornos como: filas em postos de saúde e hospital; supermercados muito

---

<sup>17</sup> A crise de que trata o texto, foi a crise estrutural do sistema metabólico do capital que decorre dos seus próprios modelos de produção taylorista e fordista. Essa crise se caracteriza por uma série de aspectos, como: grande desenvolvimento do sistema financeiro, que se destacava diante dos capitais produtivos; o aumento do preço da força de trabalho, aliada à queda da taxa de lucro e à intensificação das lutas sociais dos anos de 1960, o estopim do padrão de acumulação taylorista-fordista, aliada à diminuição do consumo e ao aumento do desemprego estrutural; o aumento da concentração de capitais sucessivos das fusões ocorridas entre as empresas monopolistas e oligopolistas; uma crise do “Estado de bem-estar social”, que levou a uma crise fiscal, à retração dos gastos públicos e sua transferência para o setor privado, à elevação das privatizações e uma certa tendência às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo dos mercados e da força de trabalho (ANTUNES, 2007).

<sup>18</sup> Esses migrantes são oriundos de várias partes do Brasil, mas, principalmente, dos estados de Alagoas, Bahia e Minas Gerais.

<sup>19</sup> Na verdade, os migrantes começaram a chegar ao município em janeiro de 2007, vindo através de várias empresas terceirizadas de alguns estados brasileiros (São Paulo, Minas Gerais, Alagoas, Goiás e Paraná). Logo após o término da obra, o que aconteceu em junho de 2008, os mesmos deixaram a cidade.

<sup>20</sup> Algumas residências de tamanho normal (com dois quartos, sala, cozinha e banheiro) chegavam a ter, sob o mesmo teto, mais de 15 homens. Também não havia vaga nos três hotéis existentes no município, pois além dos trabalhadores braçais, vieram vários engenheiros.

cheios no período de recebimento dos salários; filas enormes no único banco da cidade<sup>21</sup>; filas em praticamente todos os lugares públicos e, o mais impactante, a especulação imobiliária, pois o preço dos aluguéis disparou, inclusive para os moradores locais.

Outro dado interessante é que 30% das terras do município de Rio Brilhante, (o que seria em torno de 100 mil hectares), estão arrendadas ao grupo Louis Dreyfus e ao grupo ETH, o que de certa forma causa uma influência por parte destes grupos canavieiros dentro das decisões municipais de investimentos. Vale frisar que, em Rio Brilhante há mais de 60 mil hectares arrendadas somente ao grupo LDC, o que, sem dúvida, é a maior concentração de terras a apenas um grupo de capital internacional no município.

Prevedo a concentração de terras por qualquer monocultura, foi aprovada em 2007, uma lei municipal que determina o limite máximo a ser plantado de cana-de-açúcar, em que o plantio não deve exceder a 40% da extensão territorial total do município<sup>22</sup>. Se levarmos em conta tal lei, em Rio Brilhante, a cana pode expandir até 160 mil hectares aproximadamente. Isso nos leva a pensar que, apenas 60% da área restante são destinados a outras culturas, como soja, milho, arroz irrigado, além é claro da agricultura familiar, ou seja, quase metade da área municipal pode estar plantada com a cana ou qualquer outra monocultura. Esse reordenamento territorial se deve à chegada do capital agroindustrial que não mede esforços para expandir ainda mais seus capitais.

Reforçamos que, com a expansão da cana-de-açúcar e a diminuição de área para outras culturas, os maiores reflexos se darão sobre os alimentos (arroz irrigado principalmente), que aos poucos deixarão de ser produzidos. Isso é sentido dentro da economia do município, pois algumas beneficiadoras de arroz “fecham as portas” na cidade.

Já em Maracaju, há em torno de 100 mil hectares arrendados à monocultura da gramínea, no entanto, esse índice não é tão visível quanto em Rio Brilhante, pois o referido município possui cerca de 529.900 hectares e 18% de suas terras estão sob o domínio do capital agroindustrial canavieiro. Em adição, não podemos esquecer de que Maracaju também é o maior produtor de soja do Estado. Em 2009, a área plantada com tal cultura passa de 180 mil hectares e a produção é de mais de 496 mil toneladas<sup>23</sup>. Assim, há uma resistência por parte dos sojicultores, quanto à expansão canavieira, uma vez que os mesmos são organizados e suas representações políticas trabalham com o intuito de fortalecer ainda mais a união da classe de produtores de soja.

---

<sup>21</sup> Nos dias de pagamento, as filas no Banco Bradesco começam a se formar antes das cinco horas da manhã e permanecem durante todo o dia, devido ao pagamento ser feito aos trabalhadores das unidades Passa Tempo e Rio Brilhante apenas por essa instituição.

<sup>22</sup> Lei nº 1.507 de 21 de dezembro de 2007.

<sup>23</sup> Dados do PAM (Produção Agrícola Municipal) – IBGE, 2009.

Assim, cana-de-açúcar e soja totalizam 280 mil hectares, em detrimento da produção de outros alimentos subsidiários à sobrevivência humana.

Outra questão é o problema da mecanização do plantio e da colheita presente na maioria das unidades instaladas em tais municípios. Essa mecanização faz com que o meio urbano se redimensione, pois os trabalhadores que são atraídos para esse fim têm um poder aquisitivo maior (devido aos maiores salários pagos aos mesmos). Então, necessitam de outros serviços que, anteriormente, não eram oferecidos nos municípios, passando por um processo de readequação para atender a nova demanda.

Assim, verificamos que as mudanças ocorridas no meio rural nos municípios pesquisados geraram forte impacto no desenvolvimento social, cultural, político e econômico destes, contribuindo para o equilíbrio das contas públicas e para um rearranjo sócio-espacial dos mesmos.

Vale pontuar que há enormes desafios a ser enfrentados pelo poder público, dentre os quais podemos destacar aqueles relativos ao desenvolvimento rural e urbano dos municípios que recebem tais empreendimentos, isto é, a necessidade de se garantir para a população local, incluindo os migrantes, acesso à educação, segurança, lazer, saúde, saneamento básico (água, esgoto), habitação, transporte, etc<sup>24</sup>.

Tudo isso se dá em torno de um desenvolvimento, que, segundo Montenegro Gómez (2006, p. 27) é estratégico, pois ao mesmo tempo reproduz o capital e detém o controle social, que serviria para ajustar os “transtornos temporais” provocados pela dinâmica própria do sistema, “permitindo que os pobres (subdesenvolvidos) possam desfrutar num futuro muito próximo, das benesses que os ricos (desenvolvidos) já desfrutam”. Assim, as políticas de desenvolvimento seriam a preocupação e a consciência do sistema capitalista, saindo em ajuda dos mais necessitados.

Segundo Oliveira (2009), as políticas desenvolvimentistas estão estabelecidas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no qual destaca o desenvolvimento como um direito que não se pode alienar do ser humano e dos povos, e que cabe ao Estado garanti-lo. Todavia, no panorama capitalista a efetivação do desenvolvimento se reverte em favor do capital, que, por sua vez, se apropria das políticas implementadas pelo Estado para promover sua autorreprodução.

A atividade canavieira, ao gerar empregos, traz consigo a obrigatoriedade de amparar os trabalhadores envolvidos no setor, haja vista que os mesmos muitas vezes se deslocam no

---

<sup>24</sup> Cf. AZEVEDO (2008, p.76).

território em busca de garantir sua existência e, nesse sentido, os trabalhadores, quer sejam sozinhos quer sejam em família, carecem de recursos para se manterem.

Pensando nisso, o governo federal lança o PAC<sup>25</sup> para trazer muitos investimentos em áreas deficitárias do Mato Grosso do Sul, como por exemplo, melhoria e ampliação da infraestrutura logística, com o objetivo de melhor escoar a produção, e aumento do potencial energético do Estado, através de investimentos na cogeração de energia<sup>26</sup>. Isso reforça a intenção de efetivar o capital canavieiro na região.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social também tem participado dessas aplicações de capitais, principalmente para as agroindústrias no estado de MS, onde seus investimentos para as indústrias cresceram mais de 849% nos primeiros nove meses de 2009 em relação ao mesmo período de 2008, saltando de R\$ 155,8 milhões para R\$ 1,4 bilhão<sup>27</sup>.

O governo de Mato Grosso do Sul estimulou o plantio de cana-de-çúcar em seu território, sobretudo, em áreas de pastagens<sup>28</sup>. Assim, boa parte das terras arrendadas pelas unidades agroprocessadoras no estado são de antigas propriedades de criação de bovinos<sup>29</sup>. Em Rio Brillhante, mais de 80% das terras arrendadas são provenientes de áreas antecedidas pela pecuária<sup>30</sup>.

De fato, o território sul-mato-grossense é palco da disputa pelo poder econômico que estamos focando. Os municípios sul-mato-grossenses são na sua totalidade dependentes da agricultura e da pecuária. Maracaju e Rio Brillhante não são diferentes, ou seja, são totalmente

---

<sup>25</sup> Programa de Aceleração do Crescimento, lançado pelo Governo Federal em janeiro de 2007. Este programa inclui ações voltadas para a área social e urbana, como investimentos em habitação, água, luz e esgoto, além de outros investimentos na área transportes e energia. Para o Mato Grosso do Sul, até o ano de 2010, o programa já investiu cerca de 7,8 bilhões em construção, manutenção e conservação de rodovias, pontes e balanças; geração de energia elétrica a partir da biomassa produzida pelas unidades agroindustriais canavieiras; construção e manutenção de redes de água e esgotos em muitos municípios sul-mato-grossenses, além de saneamento básico para os indígenas nas aldeias da região.

<sup>26</sup> Com esses investimentos, a Louis Dreyfus conseguiu mais de 400 milhões de reais para modificar e ampliar as plantas industriais das unidades Passa Tempo e Maracaju, com o intuito de gerar energia.

<sup>27</sup> Os dados são do Posto de Informações do BNDES na Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul (FIEMS), informando que, no geral, os repasses financeiros para o estado de janeiro a setembro de 2009 foram 266% maiores que os de janeiro a setembro de 2008, aumentando de R\$ 481,7 milhões para R\$ 1,7 bilhão. Segundo Fábio Fonseca (agente do Posto de Informações do BNDES na Fiems), “As maiores liberações foram para as grandes indústrias, que utilizaram o recurso como capital de giro para enfrentar a turbulência financeira”. Dados encontrados no endereço <[http://www.canaldacana.com.br/novo/view/financas\\_investimentos/?act=listar&pag=1&noticia\\_id=3157](http://www.canaldacana.com.br/novo/view/financas_investimentos/?act=listar&pag=1&noticia_id=3157)>. Notícia publicada em 01/12/2009 intitulada “Cresce desembolso do BNDES para indústrias de MS”. Acesso em: 20/05/2010.

<sup>28</sup> Vale lembrar que, no Mato Grosso do Sul, as áreas de pastagens ocupam cerca de 22 milhões de hectares e os grãos em geral mais 2 milhões.

<sup>29</sup> Cf. notícia publicada no dia 10 de jan de 2008, no site <<http://www.fmcagricola.com.br/news/detNoticia.php?idNoticia=892&agrolink=1>>. Acesso em: 01/06/2010.

<sup>30</sup> Pesquisa de campo realizada nas unidades agroindustriais de Rio Brillhante, no ano de 2010.

dependentes do setor agropecuário. Tudo que é produzido, no campo, nesses municípios visa à venda de seus produtos tentando fazer assim como o Brasil, ter saldo positivo nas exportações.

Nos municípios analisados, os prefeitos sustentam esses discursos. Em Rio Brillhante a situação é mais atenuante, pois o prefeito atual, além de obter máquinas prestando serviço às unidades agroindustriais canavieiras, tem também propriedades que arrenda para a agroindústria. Diante desse quadro, em tais locais, o plantio das culturas só tem a ampliar cada vez mais e suas relações se aprofundarem consideravelmente.

Vale ressaltar que, Rio Brillhante perde a referência da especialização da produção agrícola, ou seja, deixa de ser conhecida como a capital do arroz irrigado para ser chamada de capital da cana-de-açúcar, e o que observamos é que há uma tendência de vários municípios do Mato Grosso do Sul a assumirem a especialização na cana-de-açúcar, mesmo em regiões não tradicionais na atividade.

Contudo, verificamos que nos municípios analisados houve e ainda há uma disputa por território muito visível e longe de terminar. De um lado, há as grandes propriedades, em sua maioria com a atividade da pecuária e do plantio das *commodities* soja e milho. De outro, as agroindústrias que vêm com força total sobre a região, principalmente, por conta do preço das terras e do apoio estatal. E no meio disso tudo há, ainda, os assentamentos e as pequenas propriedades que lutam a cada dia por sua permanência na terra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse artigo, analisamos as contradições que fazem parte do agronegócio canavieiro nos municípios de Maracaju e Rio Brillhante em Mato Grosso do Sul.

A expansão da cana-de-açúcar no Brasil alcançou patamares jamais comprovados no País. A partir disso, os municípios sul-mato-grossenses analisados se destacam dentro do estado. O fato se deve a um conjunto de forças hegemônicas (capital agroindustrial canavieiro, políticas incentivadoras dos governos federal, estadual e municipal) que construíram referenciais de apoio junto à população em geral, ou seja, um sentimento de estar apostando no “combustível limpo” e mais recentemente na “energia limpa”. Assim, entendemos que o Estado tem um papel crucial na consolidação e na implementação de políticas voltadas à melhoria de infraestrutura e logística, além dos incentivos fiscais que valem para os próximos anos.

A partir dos estudos realizados em Maracaju e Rio Brillhante, entendemos um pouco mais sobre como se deu a mudança no perfil da produção agropecuária e as suas repercussões na produção de outras culturas, como é o caso dos alimentos básicos.

Além disso, constatamos que em função do desenvolvimento e do apoio incondicional, por parte do Estado em todas as escalas, ao agronegócio canavieiro, houve a diminuição da área plantada com alimentos nesses municípios, como por exemplo, arroz, feijão, mandioca e o mel. As ações do capital agroindustrial canavieiro estabelecem uma lógica perversa gerando uma série de impactos negativos (dentre eles a expropriação das famílias de pequenos agricultores de seus territórios tradicionais, a instabilidade na soberania alimentar, o atraso na demarcação de terras indígenas, entre outros).

O conflito por território nos municípios analisados é constante, devido principalmente a dois fatores. O primeiro diz respeito aos movimentos sociais que, mesmo sendo poucos, lutam por terras para sua sobrevivência; o segundo, os próprios latifundiários ou proprietários de grandes porções de terras que “resistem” em sua produção, tentando barganhar uma fatia maior dos lucros obtidos por meio da agroindústria canavieira. No entanto esse assunto ficará para outra oportunidade.

Em Maracaju e Rio Brilhante, verificamos que muitas consequências/repercussões da expansão do capital agroindustrial canavieiro se deram quase que da mesma forma, respeitando as particularidades de cada região e/ou município analisado. No entanto, sua essência não foi modificada, pois se instalam com o apoio incondicional do Estado, exploram todas as potencialidades existentes na região, inclusive de preços da terra mais baratos, na nova frente de expansão, água em abundância (outra questão que não foi tratada neste artigo), trabalhadores menos sindicalizados que os de outros estados brasileiros, entre outros.

Logo, podemos concluir que com a instalação das unidades agroindustriais canavieiras nesses municípios, houve um (re)arranjo espacial do território, ou uma territorialização de uma monocultura sobre outras atividades econômicas e uma desterritorialização das culturas existentes, além da atividade pecuária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007. 9º ed.
- AZEVEDO, José Roberto Nunes de; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Expansão da Agroindústria Canavieira no Mato Grosso do Sul: Relação Capital x Trabalho e Reconfiguração Espacial**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas. UFGD/Dourados, 2008.
- BARRETO, Maria Joseli. Dinâmica geográfica da expansão da agroindústria canavieira no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho: os casos da usina Alvorada do Oeste e da destilaria Decasa. **Revista Eletrônica Pegada**, v. 9, n. 1, jun. 2008. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/09-9-1-MariaJoseliBarreto.pdf>>. Acesso em: 15 de out. 2009.
- CANASAT. Mapeamento da cana via imagens de satélite de observação da Terra. **Área de colheita e de reforma de cana-de-açúcar no Estado de Mato Grosso do Sul – safra 2009/2010**. Disponível em: <[http://150.163.3.3/canasat/data/xls/MS\\_2009-2010.xls](http://150.163.3.3/canasat/data/xls/MS_2009-2010.xls)>. Acesso em 29 de mai. 2010.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Terceiro Levantamento de 2010 – Cana**. Brasília, 2011.
- FIEMS. Cresce desembolso do BNDES para indústrias do MS. **CANAL DA CANA**. Dez. 2009. Disponível em: <[http://www.canaldacana.com.br/novo/view/financas\\_investimentos/?act=listar&pag1&noticia\\_id=3157](http://www.canaldacana.com.br/novo/view/financas_investimentos/?act=listar&pag1&noticia_id=3157)>. Acesso em: 20 de mai. 2010.
- GRAZIANO NETO, Francisco. **A questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- IANNI, Octavio. Estado e capitalismo segundo Engels. **Marx e Engels na História**. Humanitas, 1996. Org. Osvaldo Coggiola.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal**. Brasília, 2008.
- JORNAL RIO BRILHANTE. Rio Brillante é o segundo produtor nacional de cana. **Jornal Rio Brillante**. Out. 2009. Disponível em: <<http://www.jornalriobrilhante.com.br/leitura.php?codCanal=2&codNews=8147>>. Acesso em: 25 de out. 2009.
- KAGEYAMA, Ângela; GRAZIANO DA SILVA, José. **A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas: UNICAMP, 1987.
- MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. Presidente Prudente, 2006.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho.** 2009. Tese (Doutorado em Geografia). FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIO BRILHANTE. Câmara Municipal. Lei n. 1.507 de 21 de dez. de 2007. **Dispõe sobre o plantio de cana-de-açúcar no Município de Rio Brilhante, Estado de Mato Grosso do Sul, fixando limites de área a ser plantada.** Rio Brilhante, 2007.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Por trás dos canaviais os (nós) da cana. A relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista.** 1.ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

VALOR ECONÔMICO. Avanço da cana-de-açúcar sobre grãos perde força. **FMC Agricultural Products**, jan. 2008. Disponível em: <<http://www.fmcagricola.com.br/news/detNoticia.php?idNoticia=892&agrolink=1>>. Acesso em 05 de jun. 2010.